

Sobre a integração experiencial do discurso¹

Antoine Auchlin*

Resumo

Este artigo apresenta algumas hipóteses e alguns argumentos para uma abordagem (pragmática) do discurso como experiência, ou experiênciação.

Palavras-chave: Discurso; Experimentação; Integração; Espaços mentais.

1. A experiência discursiva

A experiência discursiva apresenta características constantes, “estruturais”: ela é temporal, isto é, articulada no tempo pelo processamento sequencial de unidades linguísticas de duração finita; ela é incorporada, ou seja, dotada de atributos da corporificação humana (percepções, emoções, orientação no espaço construído pelo corpo, motricidade e visão orientada, posição vertical etc.) e de aptidão para conceder estes atributos a outros; ela dispõe de um refinamento, de certa “consistência-densidade” e constitui um espaço no interior do qual o acontecimento se deu; ela é holística, isto é, ao mesmo tempo circunscrita, parcial, limitada e vivida como completa; ela é dotada de diferentes modalidades sensoriais, mais ou menos interconectadas ou autônomas.

A experiência discursiva integra ou funde fluxos paralelos e coocorrentes de dados cognitivos abstratos (conceituais) e de dados perceptivos - sensório-motores, afetivos, intrassubjetivos -, geralmente no quadro de uma interação com uma outra experiência discursiva.

* - Université de Genève.

1 - Título original: “De l’intégration expérientielle du discours”. Tradução de Hugo Mari (PUC Minas), Paulo Henrique Aguiar Mendes (PUC Minas), Kariny Cristina de Souza Raposo (Doutoranda PUC Minas), Máira Avelar Miranda (Doutoranda PUC Minas).

Ela é, também, o lugar dos fenômenos emergentes, singulares ou sistemáticos, entre os quais figura notadamente o *ethos*, qualificado como “holograma experiencial” (AUCHLIN, 2001; 2003), ao qual não retornaremos². Discuto aqui um outro fenômeno experiencial emergente próprio da experienciação discursiva, a “mesclagem experiencial” que integra ou funde traços perceptivos, associados à ocorrência e a uma construção conceitual associada ao processamento linguístico.

Com as “âncoras materiais”, Hutchins (2005) evoca um caso de figura similar que se assemelha às mesclagens conceituais de Fauconnier & Turner (2002) e que o distingue pelo fato de ele integrar dados materiais (artefatos, ou parasitas da natureza, por exemplo) e dados conceituais, em uma construção imediatamente correlacionada ao mundo material ou à experiência.

Enquanto experiência, o discurso é notoriamente configurado por suas condições materiais de ocorrência, escrita/visual, ou oral/acústica (e eventualmente visual; face a face ou à distância – ver o quadro interacional em Roulet *et al.*, 2001). Abordaremos aqui exemplos escritos, mas a validade do argumento se estende ao discurso, qualquer que seja sua forma de mediação³; por outro lado, alguns dentre eles se associam a perceptos amodais, como o ritmo, ou o sentimento linguístico.

O dado experiencial é subjetivo e relativo ao experienciador; o analista de discurso, antes de tudo, é um experienciador do discurso que ele analisa e o que ele analisa é relativo a sua própria experiência com o dado verbal⁴. Para tratar legitimamente desse dado relativo, a abordagem reivindicada, nos planos epistemológico e metodológico, o “mito experiencialista” (LAKOFF; JOHNSON, 1985), do experiencialismo e da cognição incorporada (ROHER, 2005), bem como o da enação. (VARELA *et al.* 1993; BOTTINEAU, 2008). Essa abordagem se realiza como um objeto de

2 - Em certa extensão, a **Gramática temporal das narrativas**, de M. Vuillaume (1990), localiza um fenômeno comparável, ao apontar no romance efeitos de conexão ligando a ficção principal (história relatada) à ficção secundária (atividade narrativa, de leitura). Mas a atividade de leitura não é aqui tomada em sua materialidade: ela é denominada “ficção”; os fatos comentados por Vuillaume permanecem no campo homogêneo da integração conceitual. (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

3 - Abordamos, em outros momentos, a questão da contribuição prosódica ao desdobramento temporal do discurso (ritmo, tempo, potência), vetores notadamente da sincronização interacional (SIMON; AUCHLIN, 2001; AUCHLIN *et al.* 2004; AUCHLIN; SIMON, 2008).

4 - Cf. tópico 2 a seguir.

estudo da “competência discursiva”, definida como a aptidão para construir a experiência (do dado experiencial, subjetivo, consistente), virtualmente partilhada, com sequências discursivas.

As “mesclagens experienciais”, nas quais o tratamento discursivo se inicia conjuntamente e integra os dados conceituais e os dados perceptivos, são um construto da experiência discursiva. Sua existência constitui um argumento para privilegiar um quadro cognitivo experiencial em detrimento de um quadro representacionista para o processamento do discurso.

2. Especificidade linguageira da experiência discursiva

No conjunto das experiências temporalmente articuladas e delimitadas entre um início e um fim - balé, filme, um extrato de música etc⁵ -, a especificidade da experiência discursiva é a de ser a experiência de um conjunto linguageiro denominado texto, experiência que consiste em fundir e integrar conjuntos de estados mentais associados a evocações (o “conteúdo”), a estados de um esquema próprio do experienciador no momento do discurso (da enunciação), notadamente aqueles ligados ao processamento *hic et nunc* da cadeia linguística que forma o texto. A competência discursiva é o *locus* dessa integração.

Por texto designa-se um conjunto de segmentos linguísticos articulados em diferentes níveis de estruturação - forma tipográfica (respectivamente segmental), paragrafação visual, página, livro (respectivamente, *paratom*, turno de fala, sequência, incursão).

O texto é minimamente delimitado de modo interno pelo material linguageiro que o constitui; ele é minimamente delimitado externamente pelos contornos perceptivos que formam seus limites (sua delimitação interna). A delimitação externa resulta de um acoplamento experiencial não linguageiro, implicando a manifestação física do suporte do texto - da ordem da mesclagem experiencial e “estrutural”, isto é, sistemática, necessária (e, até certo ponto, contingente, em razão do nível em que ele intervém).

5 - Como Roulet (1989, p. 252) assinalou, a propósito dos principais elementos do esquema canônico da “narrativa” em Labov, que eles “não são mais restabelecidos a partir da estrutura do discurso do que a do balé ou do filme mudo.”

3. Explicitação heurística vs. eufemística

A especificidade do texto reside na dimensão do “explícito linguístico” como forma de relação com o real: uma “apresentação” que difere da “representação” da semântica vericondicional, mas comporta alguns de seus ingredientes, notadamente: dá lugar (isto é, ocasiona, determina e restringe) a certa evocação particular, assimilável a um estado do mundo (real ou possível). A “apresentação” é suscetível de implicar, da parte do intérprete experienciador, respostas vegetativas e sensorio-motoras, adaptadas a condições do mundo real (pode-se chorar a morte de um herói de um romance etc⁶).

Ver no “explícito” uma propriedade específica da experiência discursiva exige considerar, numa perspectiva diferente daquela de uma parte da pragmática contemporânea (a saber, a Teoria da Pertinência, Sperber e Wilson, 1985), para quem a explicitação é uma questão de enriquecimento de uma forma lógica dada por um enunciado, qual seria uma manifestação pertinente (otimizada) de uma intenção de comunicar um conteúdo determinado. À medida em que a forma lógica manifestada (e seus enriquecimentos) vale por um conjunto de inferências ou de conteúdos inferenciáveis, qualifico esta perspectiva de “eufemística”. Sugiro reenquadrar o explícito numa perspectiva “heurística”, na qual “o que se vai dizer” não seja determinado a não ser por certo “proferimento”. Nessa perspectiva, o explícito pode às vezes ser vivido como uma vitória, que se mostra como tal na experiência discursiva: “é isto!”, semelhante ao “Ah!” da *Gestalt* que se forma: o explícito forma um laço com o real, o que permite uma integração qualitativamente considerável⁷.

4. Experiências vizinhas

Um outro aspecto da experiência discursiva é a sua proximidade e a relativa porosidade com outras experiências temporalmente dirigidas e articuladas como a experiência musical. Essa contiguidade é documentada (AUCHLIN, 2001) com uma experiência muito simples, consistindo em

6 - Ver também Auchlin e Perrin (2002) para diversos “efeitos ontogênicos” do texto literário.

7 - Como o “*bien dit*” (AUCHLIN, 1993).

escutar repetidamente uma pequena sequência verbal (15 sílabas, 2 segundos, aproximadamente); depois de um número relativamente limitado de turnos, o estímulo se transforma de segmento linguístico em uma experiência “paramusical” em que os ingredientes linguageiros se apagam na atenção em favor de uma estruturação rítmica e melódica emergente. Essa simulação tem analogias com a fala comum: quando alguém fala com contornos melódicos repetitivos, esse alguém requer exatamente essa contiguidade e também a porosidade da fronteira experiencial entre fala e música - em todos os casos em que se nota o caráter repetitivo (ou monótono, etc) de sua prosódia⁸.

O campo da experiência discursiva não é coextensivo ao campo da atenção – esse último, entretanto, está fortemente incluído naquele; a experiência discursiva decorre de frestas, dirigidas pelo campo e pelas focalizações sucessivas da atenção⁹.

4.1 Competência discursiva e coocorrência de afetos: “mesclagem experiencial” ou (con) fusão de emoções?¹⁰

Na interação verbal, desdobram-se em nós os afetos complexos, provenientes de fontes tão diversas e heterogêneas quanto a situação, o ambiente, os objetos representados, os atos, os julgamentos apresentados ou reali-

8 - Valéry descreve nestes termos uma contiguidade experiencial análoga. “(...) toda comunicação entre os homens não tem qualquer precisão a não ser na prática e na verificação que nos dá a prática. ‘Eu lhe peço fósforo. Você me dá o fósforo’, logo você me entendeu. Todavia, ao me pedir fósforo, você pode proferir algumas palavras sem importância, com certo tom e com certo timbre de voz, com certa inflexão e com certa lentidão ou com certa precipitação que posso ressaltar. Compreendi suas palavras, pois sem sequer pensar nelas, eu entendi o que você me solicitou: um fósforo. Entretanto, o episódio não encerra aqui. O que é estranho: o som, como a figura de sua pequena frase que me atingiu, repete-se em mim; como se ela me agradasse e eu gostaria de me ouvir redizê-la, esta pequena frase que quase perdeu seu sentido, que parou de servir e que, todavia, quer ainda viver, porém uma outra vida. Ela assumiu outro valor; ela o assumiu ‘a custas de sua significação finita’. Ela criou a necessidade de ser ainda ouvida... Estamos aqui na fronteira de um estado poético. Esta experiência minúscula torna-se para nós suficiente para descobrir mais sobre a verdade.” (RAPPAPORT-JACCOT-TET, 2004).

9 - A noção de *Slife*, de Vilarroya (2002) está próxima dessa ideia de “fresta experiencial” Uma *Slife* (literalmente: *slice of life* - “fatia de vida” designa em Vilarroya uma identidade delimitada do interior por suas propriedades experienciais, seu “dado de experiência”. Pode-se, por analogia com a fonologia contemporânea – Ladd – falar do caráter “autossegmental” das fatias da vida.

10 - Este parágrafo retoma, em grande parte, um capítulo intitulado “Competência discursiva e coocorrência de afetos: ‘mesclagens experienciais’ ou (con) fusão de emoções?”, publicado em COLLETA, J. M. e TCHERKASSOF, A. (Ed.) **Les émotions. Cognition, langage et développement**. Hayen: Mardaga, 2003, p. 137-152.

zados verbalmente, a interação, ou o(s) outro(s) parceiros (TRAVERSO, 2000; CHABROL, 2000; CAFFI, 2000; MAURY-ROUAN, 2000, sobretudo). A fala, por sua vez, suporta não só essa irrigação afetiva (Sherer e os traços vocais dos estados emocionais e motivacionais), mas também a regulação (COSNIER, 1986; trabalhos sobre a reevocação etc). Ao realizá-lo, enfim, a fala “alimenta” o vivido afetivo, de três maneiras diferentes: pelo seu conteúdo, de início; pela “apreciação qualitativa” que a guia, avalia e sanciona seu sucesso ou seu fracasso em termos de prazer/desprazer (COSNIER, 1994, 1996; AUCHLIN, 1993, 1997; GARDIN, 1993; PARRET, 1993); e pela “mistura” que resulta dessa contribuição hedônica para outros componentes - veja, na declaração de amor, a combinação do amor, do desejo de o declarar com o medo que se opõe a isso (AUCHLIN, 1998b). A contribuição hedônica pode espalhar todo o volume experiencial disponível: angústia da página branca (YESSOUROUN, 1996; MARTINS, 1993; MADIGAN; LINTON; JOHNSON, 1996), *stress* da fala pública, ou... a felicidade conversacional (AUCHLIN, 1995).

O discurso é para mim um dado da experiência subjetiva particular na qual se misturam e para a qual contribuem dados perceptivos imediatos e representações complexas associadas aos conjuntos de unidades linguísticas; é isso que denominamos “discurso”, o discurso do vivido. Sob essa denominação, seu estudo não se reduz legitimamente nem a manipulações cognitivas, conceituais ou inferenciais, nem a sequências de unidades linguísticas, sejam elas complexas ou organizadas¹¹.

Analisar ou descrever o discurso é procurar dar conta desse dado: não, sem dúvida, da infinita diversidade dos vividos linguageiros singulares, fatos “de fala” diria Saussure, mas das disposições gerais hipoteticamente responsáveis por essa experiência. A análise experiencial do discurso supõe, assim, um “dispositivo”, um “órgão” ou um “sistema”, tendo a incumbência de elaborar em experiência o processamento sequencial de unidades linguísticas e, inversamente, de “articular a experiência interna em sequências de unidades linguísticas”; é esse órgão de experiência discursiva que denomino “competência discursiva”

11 - As críticas são desenvolvidas de encontro, respectivamente, ao “reducionismo cognitivista” e ao “imanentismo”, que associa, mais ou menos expressamente, o “discurso” a um produto “estabilizado”, “inerte”, constituído por sequências de unidades (AUCHLIN, 1998).

a. Sobre a mesclagem experiencial

Alguns casos de figura discutidos a seguir têm como ponto em comum realizar uma mistura, em particular, de uma parte de dados conceituais e representacionais, provenientes do conteúdo de unidades linguísticas (do processamento interpretativo) e, de outra, de dados de natureza perceptiva, ligados ao tratamento da cadeia falada. A mistura que resulta disso, integrando perceptos e construções conceituais, consiste, por sua vez, em um dado experiencial.

- (1) “Marguerite Duras n’a pas écrit que de la merde. Elle en a aussi filmé.”
(P. Desproges¹²)¹³

A consideração precedente, que se dedica ou não a Marguerite Duras exerce, sem dúvida, um papel importante na compreensão dessa “brincadeira/anedota”; aquela que se pode também dedicar a P. Desproges. Mas em relação ao resultado final, rindo-se ou não, o dispositivo humorístico de Desproges merece alguma atenção.

Se se nomeia $\{S1, t1\}$ e $\{S2, t2\}$ os dois pares como “segmentos (frases)” e o seu “momento de ocorrência”, o humor consiste, em um primeiro nível, no fato de que $\{S2, t2\}$ implica uma reinterpretação de $S1$: com efeito, $\{S1, t1\}$ comunica uma intenção condescendente em relação a Marguerite Duras, apesar de o enunciado, sob certo ponto de vista, não fazê-lo: “não escreveu somente merda” pressupõe, com efeito, “escrever merda”¹⁴ o que, em si mesmo, é um insulto; esse insulto permanece enquanto “potencial”, ele não se realiza como tal: de um lado, ele não é posto, mas pressuposto, e de outro, ele é pressuposto por um enunciado que faz prever um encadeamento não depreciativo. Em relação a $\{S1, t1\}$ atribui-se ao autor a intenção de que façamos parte ulteriormente de uma apreciação favorável a MD.

Para $\{S2, t2\}$ e a seu favor, essa interpretação é “invalidada” por uma interpretação concorrente, diametralmente oposta, notadamente naquilo

12 - P. Desproges é um dos mais famosos humoristas franceses do século XX, com um espírito crítico particularmente cáustico.

13 - “Marguerite Duras não escreveu somente merda. Ela filmou também”, a tradução original dos exemplos, constante do texto original, foi feita por E. Mendes (FALE-UFMG).

14 - Como também pressupõe, para a tradução em português: “escrever outras coisas que não sejam merda” (Nota dos tradutores).

que concerne as boas disposições de Desproges diante de Marguerite Duras.

Deve-se notar que esse dispositivo é estritamente “ocorrencial” e “sequencial”: ele requer a localização de dois “tempos” sucessivos distintos, associados respectivamente ao tratamento de S1 em seguida de S2. O ponto gráfico marca uma separação entre as ocorrências, pela qual S1 comporta uma compactação cognitiva que faz passar do estatuto do enunciado em vias de interpretação, “dilatado”, quando ele é lido e quando se elabora certa condescendência atribuída a Desproges, ao seu estatuto de entidade pontualizada (FERRARI; AUCHLIN, 1995). Sem essa pontualização de S1, o chiste (*witz*), a anedota são muito menos nítidos – se, por exemplo, substituirmos o ponto por uma vírgula, ou por dois-pontos que indicam um movimento periódico único¹⁵:

(2) “Marguerite Duras n’a pas écrit que de la merde, elle en a aussi filmé.”

(3) “Marguerite Duras n’a pas écrit que de la merde: elle en a aussi filmé.”

Em t1, S1 recebe a interpretação condescendente {I}; em t2, S1 é reinterpretada {I’} com desprezo. Em seus aspectos gerais, o fenômeno, longe de ser único, descreve-se formalmente em termos de variação (REBOUL, 1991). Em sua instância psíquica, pode-se assumi-lo com a ajuda da teoria dos censores mentais de Freud, revista por Minsky (1984): ri-se (ou se aborrece) com {S2, t2}, uma vez que se percebe que os censores mentais, que supostamente recalcam pensamentos pouco confessáveis, deixaram entrar S1 em nossa mente, como um cavalo de Troia que se revela tarde demais com uma natureza oposta {I’} à de {I} sob a qual ele foi admitido e ratificado por sua própria pontualização. Os censores mentais se deixam dominar e o riso é, antes de tudo, a reação de surpresa dessa descoberta.

Se esse esboço explica parcialmente o fato de que rimos ou de que nos aborrecemos, fica, entretanto, faltando algo importante: por sua forma, S1 não permite construir a interpretação {I’} que lhe é, todavia, atribuída forçosamente a t2; com efeito:

15 - Trata-se, pois, de uma “incrementação transitória” da memória discursiva, nos termos de Berrendonner (1993), lá onde o ponto gráfico incrementaria, como “estado-alvo”, o estado da memória discursiva obtido por S1; um estado-alvo é um estado que se representa ele próprio como estado-alvo. Movimento periódico é entendido aqui no sentido de Grobet (1997), Roulet *et al* (2001).

- (4) Não Vx somente Nx (Ele não comeu somente massas),

Não pode receber um encadeamento do tipo:

- (5) Também Vy Nx (*Ele também preparou massas)
Não V1 somente N1 – (*V2 também N1)

Mas apenas do tipo:

- (6) Também VxNy (ele também comeu legumes)
Não V1 somente N1 → V1 também N2

Nessa estrutura, que induz a uma expectativa por “não Vx somente Nx”, o Nx é que é focalizado e designado como termo a ser substituído, não Vx. Para estabelecer {I”} em t2, Desproges impõe, pois, uma estrutura linguística para significar algo que ela não pode, convencionalmente, significar. Ou melhor, ela “pode” significar, já que essa segunda interpretação está melhor estabelecida, embora, em média, certo sentimento linguístico de anomalia seja afastado pela percepção sintática (MILNER, 1989¹⁶; MARRANDIN, 1994).

Esse percepto, essa intuição de má formação gramatical, associado a {S1-t2}, alimenta diretamente o prazer do dispositivo: como percepto, ele constitui um dado quase sensorial e imediato, que garante a ancoragem experiencial do processamento - “isso acontece, porque eu o sinto”. Além do mais, neste contexto, este percepto é tratado como exemplo de “má fé e contribui para a encarnação¹⁷ do *ethos* agressivo” do autor. Por esse trabalho de associação, ou melhor, de transferência - martirizar a sintaxe -, faz com que ele suporte *hic et nunc* o que Desproges fará a M. Duras – a percepção sintática faz sentir a própria agressividade do autor.

É essa transferência de um percepto imediato (anomalia linguística), via uma construção interpretativa (Desproges zomba de Marguerite Duras),

16 - Notadamente na p. 660 e seguintes. Podemos precisar que se o sintaticista recorre permanentemente a esse tipo de dados, explorando as fronteiras do “possível da língua”, não há, por sua posição e seu objeto, nada a compreender. Todos os outros são o objeto e a postura do analista do discurso. (Cf. N. 4 acima e tópico “b” abaixo)

17 - A noção de “incarnação” é utilizada no sentido de Maingueneau (1999).

em uma construção perceptiva distinta emergente (a agressividade da hipocrisia de Desproges) que me interessa. Com o objetivo de dar um estatuto a isso e associando a ele outro caso de figura, gostaria de arriscar uma analogia bastante informal com a teoria da “integração conceitual” de Fauconnier e Turner.

b. Analogia com a integração conceitual

“A noção de *blend* (literalmente mistura, reunião) foi introduzida (independentemente) por G. Fauconnier e M. Turner há cerca de quinze anos para dar conta do fato de que a mente humana está da mesma maneira pronta a manipular modelos cognitivos complexos e a construir, a partir de tais modelos, integrações conceituais inéditas” (CHAROLLES, texto mimeografado, p. 1).

As analogias contrafactuais são um caso de figura compacta que permite ilustrar bastante sumariamente aquilo que tende a captar a noção de integração conceitual:

(7) Na France, o Watergate não teria causado nenhum prejuízo a Nixon.¹⁸

Esse enunciado, relativamente transparente e com uma interpretação fácil, não mobiliza nele a não ser uma construção mental complexa que supõe diferentes elaborações independentes:

- a construção de dois “espaços de base” - EB1 e EB2 -, admitindo representações respectivamente dos Estados Unidos, de um lado, com suas instituições, Nixon, Watergate e da França, do outro, com suas instituições;
- a construção de um “espaço genérico” - EG -, que contém a seleção de todos os elementos comuns aos dois EBs, e o fato de que existem instituições, presidentes que podem ser integrados em dois “acontecimentos” a serem considerados;
- a construção de um *blend* onde se projetam seletivamente certos elementos dos EBs e do EG: nessa situação um presidente francês

18 - Exemplo de Fauconnier e Turner, traduzido por Charolles em texto mimeografado.

seria integrado a um acontecimento do tipo de Watergate sem que sofresse qualquer sanção.

Como destaca Charolles (texto mimeografado):

A situação imaginária evocada em (7) não foi formulada para ser processada completamente, ela não é mais que uma forma para induzir certas inferências que remetem aos espaços de origem, a saber: que o sistema francês permite, os privilégios que ele suscita, certamente, comportamentos delituosos comparáveis àquilo que aconteceu em Watergate, que eles não são revelados pela imprensa e que o sistema americano é mais transparente, mais controlado pela imprensa, etc.

Por mais complexas que sejam as construções realizadas, os domínios colocados em jogo no início e no fim do processo são relativamente homogêneos: eles implicam entidades e processos “representados”, associados ao conteúdo das expressões linguísticas. Gostaria de sugerir que os processos de mixagem comparáveis fossem trabalhados de “modo transversal” entre ordens de fatos heterogêneos, que estabeleceriam liames, mais ou menos contingentes, entre características perceptivas associadas ao próprio processamento da cadeia e dos traços relevantes do conteúdo, fazendo emergir estruturas complexas como objetos de experiênciação, de perceptos nos quais os conteúdos se instanciam.

No exemplo em questão, aquilo de que se deve dar conta é a “interpretação-percepção” de (1), processamento que coloca em jogo “objetos-identidades” de natureza diferente e alcança, de forma total, uma unidade conceitual e experiencial homogênea.

Deve-se postular a existência de dois espaços de base de tipos distintos, constituídos de objetos de natureza diferente: um primeiro tipo de espaço de base, {EBx}, extrai suas informações do processamento “daquilo que” é mostrado, seja em regra geral, mas sem que haja qualquer necessidade, do conteúdo proferido, aquilo que é dito. É nesse espaço que se realizam os processos de mixagem conceituais examinados por Fauconnier & Turner, ou Charolles.

Nosso exemplo {EBx} contém uma entidade, MD - autora célebre e

diretora de cinema com uma obra escrita e filmada - com dois julgamentos contraditórios sobre essa obra e sua autora, etc. O detalhe dos ingredientes-desta {EBx} particular é secundário¹⁹.

Quanto ao outro tipo de espaço de base, {EBy}, é o domínio genérico do exemplo que o alimenta. De maneira geral, o processamento de um conteúdo depende do fato de se levar em conta o “caráter ostensivo ou não” de sua ocorrência, conforme o demonstram claramente Sperber & Wilson. O caráter ostensivo é “exterior às construções conceituais manipuladas” (mesmo se elas pudessem ser consideradas em sua construção): trata-se de uma propriedade da ocorrência²⁰. O que é “interpretado” são as ocorrências de sequências linguísticas.

Os objetos e as entidades desse segundo tipo de espaço de base não são, entretanto, da mesma natureza daqueles de {EBx}: {EBy} é um espaço que aglutina perceptos: os “iniciais”, em quantidade e desencadeadores do processamento; ou “terminais”, sob aval do processamento, mas também de perceptos “residuais” que não são metabolizados na significação linguística²¹.

Nessa circunstância, {EBy} contém os elementos seguintes: primeiro as informações iniciais e triviais, ligadas a essa ocorrência, a saber, o fato de ser uma frase escrita em francês (ou, dito de outra forma, tem-se um contato visual real com um segmento linguístico susceptível de produzir algum sentido para nós), que existe um agente; além do mais, {S1, t1} – “não escreveu somente merda” – deixa transparecer a gentileza grosseira do agente do julgamento, na qual a forma direta da grosseria assegura certa autenticidade à gentileza do “não somente”, através do qual o autor atenua um julgamento anterior potencial mais forte (ela não escreveu somente...) e apresenta uma orientação argumentativa oposta; esse abrandamento, como tal, é o mesmo que suscitar no leitor se não forem sentimentos favoráveis

19 - Não adotamos mais o formalismo da teoria da integração conceitual que nada acrescenta aqui; sua adaptação ao processamento da integração experiencial coloca, por outro lado, a questão de saber sob qual forma representar os *inputs* perceptivos integrados.

20 - Se as ocorrências de unidades linguísticas manifestam seu teor ostensivo por seu próprio caráter linguístico (salvo correção, *je parlais tout seul*), não é necessário perder de vista que a ostensividade é o calcanhar de Aquiles da comunicação ostensiva inferencial, o que faz a comunicação ser efetivamente um processo “de alto risco” como dizem Sperber e Wilson; todavia, é também, igualmente, o calcanhar de Aquiles a noção de “mutuamente manifesto”, essencial à teoria desses autores.

21 - Ritmo, variações de intensidade, perceptos sintáticos, etc.

(sobre a benevolência) pelo menos certa abertura ou ausência de defesas (tolerância à grosseria entre outros).

Para {S2, t2}, o julgamento, no lugar de confirmar o abrandamento previsto, é mais severo; a surpresa, “programada” pelo dispositivo da não satisfação de uma expectativa, ocorre em coocorrência com a inversão do percepto de gentileza-grosseira-do-autor e a anulação das condições sendo previamente suscitados sentimentos favoráveis; o caráter inesperado reforça (constrói) a percepção do julgamento como “súbito”, dividido, nítido. Mas {EBy} sobretudo, em t2, retém um percepto de anomalia sintática, da ordem do “não se pode dizer ‘p’”. Sendo o ingrediente de {EBy}, em t2, heterogêneo para o conteúdo de {EBx}, esse percepto se compõe com o conteúdo axiológico e alimenta, em compensação, a elaboração perceptiva da fonte do julgamento, construído em {EBy} e acrescentando-lhe um toque de confiança maldosa. Essa retomada de informações nos espaços de base corresponde bem ao que é esperado como resultado final do processo de mesclagem.

Às vezes, esses fenômenos acontecem de modo muito condensado, como as mesclagens conceituais nas analogias contrafactuais (ex. 7). Assim, no exemplo seguinte:

(8) Um egoísta é alguém que não pensa em mim. (D. Anzieu)

Para passar do ponto de vista “objetivo” do início (uma definição) ao ponto de vista “subjetivo” do final, a sintaxe sofre certa torção²², que se traduz ou se manifesta em “percepto de anomalia sintática”²³. Esse “percepto sintático” é transferido para o quadro conceitual, onde ele contribui ativamente para a elaboração perceptiva do caráter selvagem do egoísmo: ele deixa transparecer o que é o egoísmo “aplicado”, ele encarna o egoísmo, ou

22 - Nota dos tradutores: a tradução do exemplo em português, assumida pelo autor, não mostra qualquer anomalia sintática. O que se pode afirmar, para o exemplo em português, é a existência de uma incongruência semântico-lexical entre aquilo que se espera da definição de egoísta (aquele que pensa em si mesmo) e a frase restritiva que se segue (alguém não pensa em mim mesmo).

23 - O fato é que a expressão “alguém que (*quelqu'un qui*) assume dois valores diferentes sucessivamente: um indefinido, em “Um egoísta, é alguém, que não pensa nos outros”; outro definido, como em “Paulj, é alguémj que não pensa em mim”. Aparentemente, essa seria a natureza definida ou indefinida do complemento, termo que compara, a partir da definição e que é responsável.

o exemplifica experiencialmente - ele o promulga. É necessário observar o caráter altamente especulativo e produtivo desses encontros entre categorias de fatos. Outros encontros do mesmo tipo podem, também, permanecer em uma subprodutividade que os deixe passar despercebidos. Assim, no sumário de uma obra recente de Plantin *et al* (2001):

- (9) CLAIRE Maury-Rouan: Por que cochichar quando se fala de chocolate?
→ Gestão descalibrada de emoção nos planos verbal, vocal e de postura mimogestual.

Essa entrada é a única no sumário que faz exceção à apresentação: “Pre-nome-NOME”, com a inversão tipográfica PRENOME-Nome”. Essa exceção faz eco singularmente com a ideia de “gestão descalibrada” do título da comunicação. Mas esse “encontro” não produz nenhum efeito destacável.

O que merece atenção é o duplo fato de que essa inversão tenha aparentemente passado despercebida pelos revisores e, sobretudo, que essa inversão tenha sido introduzida por alguém: para uma ou outra as fases da produção, entre redação e revisão final, alguém por ocasião de uma ocorrência singular tenha operado essa transferência de um elemento do conteúdo (gestão descalibrada) para uma manifestação de forma (MAIÚSCULAS/minúsculas).

Se existe um lugar para fazer intervir alguma coisa de ordem da mesclagem experiencial aqui, não seria para explicar o efeito interpretativo final, pouco espetacular, mas antes para explicar por que tal transformação foi realizada.

c. Outras mesclagens experienciais

Eu gostaria, com um segundo exemplo de Desproges, de ilustrar um outro caso de mesclagem experiencial; o texto é apresentado como uma citação, sob a forma de epígrafe, no início de um capítulo:

- (10) “Um, dois, um, dois, um, dois,
um, dois, um, dois, um dois, um dois”.
General Gamelin, **Minha vida** (In. DESPROGES, Pierre, **Vivons heu reux en attendant la mort**. Paris: Seuil, 149)

Perdoe-me comentar, grosso modo: Desproges finge atribuir a um certo Gamelin, general de seu estado, um texto intitulado “Minha Vida”; esse texto é dividido em duas partes: a primeira onde “um, dois” são separados por uma vírgula, ao mesmo tempo apresenta as palavras que pronuncia alguém que dirige a marcha de outras pessoas, e encarna esse ritmo de marcha, pelas mesmas razões, na experiência do leitor; a segunda parte, “um dois” sem vírgula, se inscreve exclusivamente na experiência rítmica, que evoca o batimento do coração; as unidades linguísticas “um dois” não são mais apresentadas como objetos verbais (se a gente pode dirigir uma marcha em voz alta, é menos provável fazer o mesmo com o coração²⁴), mas unicamente em razão de sua característica rítmica, que evoca analogicamente os batimentos do coração, ou, mais precisamente, que induz esse ritmo pela leitura.

A cena evoca igualmente a ideia de que esses batimentos cardíacos são os últimos desse coração, através de dois meios distintos: pelo ponto final seguido de aspas que finaliza a citação do general Gamelin; e, sobretudo, pelas pretensas indicações autorais (título + nome do autor) que seguem: elas funcionam como um verdadeiro comentário sobre a sequência que precede, a qual integram, conceitualmente, dizendo “Eis a que se resume a vida de um militar: marchar, morrer”. Essa imagem de carência é corroborada pela exemplificação que remete à pobreza do léxico (dois itens) e da sintaxe (duas estruturas) do autor ficcional Gamelin. Enfim, o fato de que as palavras “um dois” percam seu escasso valor linguístico entre a primeira e a segunda parte do texto de Gamelin sugere que o pobre general, antes de morrer, ficou afásico.

É a contribuição específica da ritmicidade ao cenário complexo que me parece digno de interesse aqui: longe de ser simplesmente “figurado” ou “evocado” (o que já seria melhor que ser dito) a parada cardíaca do general é dada a perceber ao leitor.

A organização da mesclagem se alimenta aqui não só da percepção de um sentimento linguístico, como no exemplo precedente, mas da percepção rítmica, muito mais imediata, e da mudança súbita, passando da alternância regular da marcha, a essa, sincopada, dos batimentos...

24 - Sob essa forma ao menos, reservamos as questões da indução hipnótica (cf. LARA; LANNA, 2005) e do ritmo musical.

do coração.

O comprometimento do ritmo mostra, talvez, mais nitidamente que o “sentimento linguístico” a participação dos “perceptos” na elaboração do resultado (está faltando um verbo nessa frase tanto no original quanto na tradução). Nesses termos, nesse exemplo como no outro, trata-se de mesclar perceptos e “representações” – a saída ou o resultado consistindo em uma “percepção associada a uma representação” e não em uma “representação de percepção”.

Além disso, se se prende à lógica coerente esperada das representações, é propriamente impossível imaginar o general Gamelin escrevendo em tempo real o seu fim (um-dois; um-dois) e, sobretudo, de “assinar” sua obra pós-morte. Isso é necessário, segundo a interpretação que, proponho, para compreender essa história. A construção da mesclagem experiencial parece, então, primar, na experiência, sobre a manutenção de uma coerência representacional²⁵.

Note-se ainda que a contribuição rítmica nesse último exemplo é de alguma forma enquadrada na construção conceitual “imagem da vida de um soldado”, enquanto no primeiro exemplo, é antes a representação da autora M. Duras que se achava enquadrada no campo perceptível da maledicência de Desproges. Ademais, o percepto rítmico para funcionar deve ficar perceptível como tal, enquanto o percepto de má formação sintática, ao contrário, deve antes fundir-se com os outros afetos em jogo, como as notas musicais coocorrentes (ver as cores²⁶).

Vejamus ainda um outro exemplo (Didier Anzieu):

- (11) “Toto, sais-tu ce que c’es qu’un congre ?
- Oh ouigre ! ”

(“O pai perguntou ao Joãozinho :
- Você sabe o que é um bocório?
- Ah, simrio!”)

Esse exemplo deve ser analisado em três níveis. O primeiro é aquele

25 - É um *topos* literário – ver por exemplo Les memoires d’outre-tombe de Chateaubriand; mas esse *topos* é aproveitado por Desproges, não por Gamelin.

26 - Distinguir-se-ia mais facilmente o “do” e o “mi” de um acorde de terça que o “amarelo” e o “azul” no verde. Mas ver Bache (2005) para os diferentes níveis de integração - desintegração implicados nas mesclas.

em que aparece uma certa “jubilação linguística”, lexical (REBOUL, 1991; ROULET, 1992); essa jubilação integra as seguintes etapas:

- Proferimento e criação de uma “não-palavra” do português, pela adjunção ao enunciado “sim” do “não-sufixo” do português “-rio”. Essa etapa implica a deformação (retroativa) da unidade lexical “bocório”, em um item portador do sufixo “-rio”, a saber, a palavra “bocó”.
- A estranheza de “sim + rio” integra a pesquisa de outros itens lexicais, e pode associar-se à interjeição “Nossa!” que reforça o efeito assertivo do “sim” (glosa: E como!) (Não validada em português).

Num segundo nível, o exemplo engendra uma jubilação estratégica (ROULET *et al*, 2001) pela encenação de um “cenário bumerangue”, em que Joãozinho replica a seu pai “sim, eu sei o que é um bocó!”, que implica sua justificativa: eu tenho um na minha frente (e coloca, assim, a face positiva do pai em perigo), ele não devia colocar essa questão – a prova! A réplica (*vs* resposta) de Joãozinho apresenta-o como quem se defende, e faz retrospectivamente aparecer a questão do pai como ameaçador, perigoso. A jubilação vem igualmente da vivacidade da emergência do cenário, que é ligado à brevidade do episódio, em particular do seu fracasso.

Num terceiro nível, a jubilação estratégica está ligada a um efeito “metaestratégico”, a determinação automática de um lugar não-neutro para o observador, intérprete - leitor dessa história (ou analista de discurso). A implicação-participação do intérprete-analista é, com efeito, determinada, apesar dele, desde a ocorrência da questão pelo seu estoque lexical:

- Se a palavra “bocório” é conhecida, o intérprete se associa ao papel atribuído ao pai, e, entre outros, ele não espera a resposta de Joãozinho para aprender o que significa um “bocório”, mas para ver se Joãozinho sabe ou não;
- Se a palavra “bocório” não é conhecida, o intérprete se compara a Joãozinho, o tolo; o cenário é complementar ao do pai. Ele pode experimentar a inquietude (de ser reputado como incompetente

linguisticamente), combinada ao consolo de que a questão não lhe seja endereçada, de que seja Joãozinho quem deve responder.

O fato de “se associar-comparar ao pai, ou a Joãozinho, parece ser um processo consubstancial à identificação da palavra “bocório”. Quanto ao fracasso, ele é manifestamente muito diferente, segundo se esteja do lado de Joãozinho ou do pai. Se se conhecesse a palavra “bocório” no início da história, a réplica de Joãozinho nos remete à imagem de quem dá lições e é pedante. A jubilação é, sem dúvida, menor que essa do intérprete que ignora o que é um “bocório”, que não somente terá escapado de ser tido como incompetente, mas terá respondido sem apelo a essa ameaça graças a Joãozinho.

Vê-se aqui que a experiência própria do analista faz parte dos dados. Os dados são uma “realidade de segunda ordem” (no sentido de WATZLAWICK, 1978).

d. Exemplos divergentes e mesclagens intrusivas

Uma dificuldade dos exemplos precedentes reside paradoxalmente na sua relativa transparência: é preciso fazer um esforço para ver o que há para ser visto. Como no caso das mesclas conceituais, essa transparência constitui o obstáculo mesmo ao qual nós somos, como pesquisadores, confrontados: não há nada a ver, nada a buscar, nada a compreender, quando tudo parece óbvio.

Eu gostaria de tomar dois exemplos em que a experiência discursiva fixa qualquer coisa estranha no próprio projeto linguareiro; o projeto não desaparece enquanto tal, mas se acha singularmente deformado por ela. Isso que advém é um dado heterogêneo, cuja emergência não deixa muita chance ao tratamento esperado do processamento do conteúdo verbal, o que o torna um projeto pressentido. Se isso causa desvio de atenção, irrupção experiencial, e cacofonia²⁷, é porque o que é esperado é da ordem da transparência. Os exemplos seguintes são discutidos em Auchlin (2000b) na medida em que eles ostentam um *ethos* paradoxal e contraprodutivo; o efeito de *ethos* realizado é o resultado de uma mesclagem experiencial:

27 - Parret (1993); Stroumza e Auchlin (1997); Burger e Auchlin (a ser publicado).

- (12) Saber escrever, saber falar ou saber falar, saber escrever qual dos dois saberes devemos adquirir primeiro? Segundo os processos naturais, a primeira coisa que uma criança faz ao nascer é emitir sons. Nesse caso, respeitamos a natureza e aprendemos a falar antes de escrever.” (Início de texto de trabalho universitário)
- (13) “Várias ações individuais deveriam autorizar uma diminuição da propensão à construção do mal-entendido.” (Trabalho universitário)

e. Breve retorno sobre as mesclagens conceituais

Isso conduz a interrogar, em compensação, as condições fenomenológicas de emergência das “mesclas conceituais”, em sua dimensão de experiência. Como objetos verbamentais, uma de suas características frequentes é de serem transparentes: ao ler o exemplo (1), não se tem uma clara consciência da presença do trabalho de mixagem pelo qual se compreende isso que é preciso compreender. As mesclagens só se tornam perceptíveis, identificáveis, problematizáveis sob a condição de que o processamento de uma sequência remete a uma vaga intuição de estranheza. Dizendo de outra forma, é preciso aguçar, exacerbar o “sentimento linguístico”, para e até que se produza uma resposta sensorial da intuição dizendo: “Sim, isso é divertido, conseqüentemente eu me divirto”.

Em certos exemplos de Fauconnier e Turner²⁸, ao contrário, a problematização é fornecida com o caso – como aqui mesmo; mas quem está verdadeiramente consciente da mesclagem complexa operada por “Se eu fosse você...” Quaisquer que sejam os meios pelos quais se chega a esse estado de divertimento, ele condiciona a apreensão do fenômeno.

Essa situação não deixa de lembrar a dupla identidade fenomenológica necessária aos “equivocos tipográficos” nos textos publicados (exemplo 9 acima): eles são “não-objetos”, para os corretores aos quais eles escaparam; para que eles existam como equivocos, é preciso que aconteçam como tais para a percepção de um leitor, e adquirir por tal percepção um estatuto múltiplo de falta atual, que deixa ver a forma correta, e de velho engano, desmascarado, mas que já enganou a outros anteriormente.

28 - O “enigma” do monge budista notadamente.

f. Competência discursiva, interação e desenvolvimento: articular duplo acordo e acordo interior

Se a mesclagem experiencial (ou qualquer outro nome que se dê ao fenômeno) me interessa, é que esse objeto ilustra um aspecto importante do funcionamento da competência discursiva, a atitude de processar sequências de palavras como experiências subjetivas consistentes, dotadas de um refinamento” (AUCHLIN, 2000a). Essa atitude se constrói nas nossas interações verbais: é sobre ela que falo ao apresentar os exemplos acima, é sobre ela que falam os escritores Anzieu, Desproges, Duras...

As mesclagens experienciais intervêm de maneira crucial como mediadoras dos processos interacionais: elas são a ancoragem interna e a condição para a junção de duas competências discursivas em um “processo biológico supraindividual” (NUÑEZ, 1997); sua emergência é a condição para o “compartilhamento de afetos” no sentido em que a entendem Brunel e Cosnier²⁹, compartilhamento do qual elas são ao mesmo tempo os objetos e os objetivos. As mesclagens experienciais são dados experienciais resultantes da atividade de competências discursivas em interação.

A competência discursiva produz dados experienciais, mas ela tem por tarefa mais geral fazer existir uma pessoa em condições de equilíbrio destinadas notadamente a construir e assegurar estabilidade e identidade ao seu “eu”, de acordo com a conveniência dos eventos e das interações. Esse estado de equilíbrio³⁰ é o que eu chamo de “acordo interior”. Quando nossa competência discursiva constrói uma mescla, nós nos identificamos momentaneamente com essa experiência, em razão de sua força e de sua capacidade de satisfação, e nos submetemos, com isso, a uma forma de desequilíbrio interno. A maioria das pessoas às quais eu submeti os exemplos engraçados acima reagiu com risos e verbalizações exclamativas de admiração, que devem ser compreendidas como manifestações da recuperação de seu acordo interior, proporcionadas, em quantidade e em duração, por exemplo, ao desequilíbrio experimentado. Inversamente, uma pessoa contrariada pela construção de tal ou tal mescla nela mesma recuperaria seu acordo interior verbalizando sua contrariedade (Isso não é engraçado).

29 - Citados em Traverso (2000, p. 207).

30 - E suas propriedades, entre as quais a “autofiguração” do eu em questão, notadamente.

No momento em que elas se constituem, essas “posições”, em seu quadro interacional, acontecem como acordo ou desacordo em relação à iniciativa à qual elas reagem. Ora, assim como a competência discursiva visa ao acordo interior, um sistema interacional visa também a um estado de equilíbrio, que é o do duplo acordo³¹.

O desacordo na interação é um caso marcado e é um dado experiencial complexo: é geralmente vivido como uma tensão. Mas essa tensão só é instanciada nas competências discursivas que interagem; para essas competências, ela toma a forma de um desacordo interior a ser preenchido, segundo a força do investimento particular dessa competência discursiva nessa interação e segundo suas regulações gerais, entre as quais notadamente a sensibilidade ao desacordo.

Opostamente, a convergência interacional que funda o duplo acordo é intrinsecamente gratificante, ela otimiza de alguma forma a experiencição. Por exemplo, a elaboração da mesclagem “definição em ato do egoísmo” é a contrapartida experiencial do tratamento da citação de Anzieu. Se a emergência dessa mesclagem fez você sorrir, o prazer manifestado, resultado final do processo, é ao mesmo tempo um estado de acordo imaginário com Anzieu, uma partilha de afeto sutil e prazerosa desse acordo, que alimenta diretamente o prazer do dispositivo; e é também um estado de acordo, em um outro nível, com ao menos uma parte de meu propósito.

Pode-se enfim se perguntar como as competências discursivas evoluem no médio e no longo termo, e não no curto termo de seu funcionamento - é a questão de sua maturação. Eu sugiro, em outros trabalhos (AUCHLIN, 1996b; 1997b), que essa maturação não se desdobrava em uma estabilidade final como a competência sintática, mas se organizava antes numa sucessão de estados semiestáveis, funcionais no sentido em que eles asseguram uma certa forma de acordo interior, tendo todos a característica de serem vividos como terminais, mas suscetíveis de conhecer modificações em sua maneira

31 - Em termos de estrutura discursiva (ROULET *et al*, 2001), o fechamento de toda troca é restringido pela obtenção do duplo acordo, observação inicialmente atribuída a Goffman (MOESCHLER, 1985; ROULET *et al*, 1985); para mim, o duplo acordo remete às posições sobre as quais ela se funda: sobre o que, senão, nos basearíamos para saber se estamos de acordo ou não com alguém? O fundamento é o acordo interior, equilíbrio e fechamento relativo ao sistema que lhe permite existir como um “eu”, identificado na interação a uma “posição”, que proporciona o equilíbrio desse sistema. O acordo interior é uma condição estrutural para o fechamento das intervenções (no sentido técnico de Roulet). Por conseguinte, a negociação

particular de atingir o acordo interior nas interações³².

E. Roulet (1999, p. 210) apresenta assim um dos aportes de sua proposta de análise: “(...) aporte que sai do quadro estrito do ensino-aprendizagem no meio escolar ou universitário, mas que não é, por isso, menos importante, porque toca diretamente a nossa vida em sociedade: um desenvolvimento significativo da compreensão do comportamento de si próprio e dos outros nas interações verbais (...), bem como das expectativas delas”.

Isso implica dizer que uma parte do tempo nossa compreensão de nós mesmos e dos outros nas interações é parcial e superficial, o que é certamente verdadeiro: mas o problema maior é que essa superficialidade se dá como compreensão suficiente (um pouco como “cair” é, em um certo nível, uma compreensão suficiente da gravidade). Isso implica também dizer que essa compreensão poderia constituir um objetivo de conhecimento e de educação legítima – sob a condição de que sua necessidade seja reconhecida, ou ainda, de que se admita que nossa “maestria” seja imperfeita.

Há um certo antagonismo entre o uso da linguagem, que supõe e requer que seja mantida uma certa (ilusão de) maestria, e o conhecimento desse uso, que só deveria poder ser melhor documentado na primeira pessoa “eu”, mas que requer, aí, que seja baixada a guarda da maestria e fixadas as zonas de sombra – colocação em funcionamento do “desconfinamento de si” de B. Schlieben-Lange (1983).

A título dos objetivos que poderiam ser visados pela abordagem das emoções no estudo do uso da linguagem, e do sentido que se poderia atribuir a isso, há um interesse intrínseco de documentar, como etapa importante na maturação da competência discursiva, a ultrapassagem da ligação primária e identitária a um “eu” de maestria, e o acesso a uma postura de objetivação e de descoberta.

Nisso que concerne a nossas próprias emoções, nós desejamos todos guardar as agradáveis, adoçar e gerir melhor as desagradáveis... sobreviver da melhor forma, em nossas interações, com a escolha de falar ou não, sobreviver da melhor forma face à infinidade dos “possíveis do discurso” – compreender o silêncio deles, com o dado hedônico dos *qualia* que são

no sentido de Roulet (1999b) não é um conceito primitivo, mas deve ser concebida como sequência de recuperações de acordos interiores no quadro de obtenção do duplo acordo.

32 - Exemplos em STROUMZA e AUCHLIN, 1997.

os primitivos implementados do prazer e da dor (FRIJDA, 1988, p. 41). Supor que podemos fazer qualquer coisa nesse sentido e que sabemos ou saberemos assumi-lo: uma ciência do uso da linguagem poderia ter aí uma finalidade empírica.

4.2 Discurso e cognição encarnada

Para finalizar, gostaria de precisar alguns pontos relacionados ao caráter encarnado da experiência do discurso, no sentido em que o concebo aqui. Núñez (1999, p. 55-56) distingue três níveis de integração (*commitment*) do caráter encarnado (*embodied*) da cognição: um nível trivial, consistindo em admitir que a mente e os processos cognitivos são engendrados pelas estruturas e mecanismos biológicos, sistema nervoso etc.; um nível material, que desenvolve um paradigma que apresenta duas propriedades principais, a primeira é o caráter descentralizado da cognição (ou distribuído), a segunda é a consideração de restrições em tempo real impostas às atividades corporais de um agente num ambiente real; enfim a integração completa, que visa a dar conta dos conceitos e objetos mesmo fabricados pela mente humana em termos da encarnação da cognição.

Rohrer (2001, p. 59-62) enumera dez sentidos e aplicações diferentes do termo encarnação (*embodiment*) na literatura, que podem ser reagrupados nos três níveis superiores a um metro, aos processos implicando o nível subcelular, molecular e eletrofísico, os neurotransmissores, sinapses, etc, de um tamanho inferior ao micron (10-6 m), domínio da neurofarmacologia e neuroquímica.

Essa granularidade e amplitude da escala proposta por Rohrer (2001) vão bem além do que exigido para o meu propósito aqui, o qual dá destaque ao primeiro nível mencionado e ao segundo de sua escala (tamanho de 2 a 5 m), domínio do desempenho implicando a estrutura fisiológica de um sistema nervoso central, e o funcionamento de sistemas cognitivo, conceitual e gestual. É óbvio que, para um processo de nível “n”, os processos em jogo nos níveis de resolução “n+x” (menores) são igualmente implicados, mas eles são mais ou menos opacos, inacessíveis à abordagem e aos métodos em jogo, e mais ou menos pertinentes.

Sob esse olhar, nem Núñez (1999) nem Rohrer (2001) parecem dar

atenção particular a posição espacial e ao estatuto do observador; suas distinções não permitem nenhuma predição sobre o estatuto mesmo do discurso do pesquisador. Em particular: certos níveis de análise são acessíveis e passíveis de serem construídos pelos sentidos, e outros não, salvo interpolação de dispositivos técnicos mais ou menos sofisticados (do nível dos sistemas neurais descritos em zonas grosseiras do cérebro, entre 10 e 1 cm de resolução, ao nível dos neurotransmissores, dos sistemas subcelulares, resolução inferior ao micron).

Esse limiar de “acessibilidade reflexiva não utilizada” – projeção da “altura humana” – é, entretanto, importante: ela é concernente a um nível de repetição pertinente para a espécie, referente à autoacessibilidade de si, e de acessibilidade dos co-específicos; ela é concernente ao nível do uso da linguagem, como dotação da espécie; e é, igualmente um limiar significativa no que concerne à projeção do observador em seus dados, no sentido ilustrado pela jubilação “metaestratégica” do “bocório” (exemplo acima).

Ademais, que a evolução recente da espécie lhe permite aumentar a resolução e o refinamento de sua observação, e de seu campo de ação transformadora, é certamente um fato altamente pertinente para essa evolução, mas nada no dispositivo de Rohrer (2005) o reflete. Com efeito, propõe articular sua classificação por tamanho de fenômenos no eixo do tempo, no nível da evolução da espécie, e da ontogênese, sejam dois níveis de resolução da escala temporal; mas a reflexividade não ocupa um lugar particular nessa classificação.

Conceber o discurso como experiência é fazer do discurso um objeto de estudo com alta participação subjetiva da parte do analista: sem sua (própria) projeção, sem o engajamento do seu vivido próprio para fazer acontecer o discurso a partir de sequências verbais, sem essa construção experiencial própria permitindo uma transferência e uma atribuição de experiência aos outros, não há simplesmente discurso. O mesmo não é válido na observação das trocas bioquímicas intercelulares.

Um último ponto merece ser discutido. Para além de suas diferenças e aplicações (níveis de resolução, domínios de pesquisa), a hipótese da encarnação (*embodiment*) cognitiva de reconsiderar a diferença entre perceptos e conceitos:

The embodied-mind hypothesis (...) radically undercuts the *perception/conception* distinction. In an embodied mind, it is conceivable that the same neural systems engaged in perception (or in bodily movement) plays a central role in conception. That is, it is possible that the very mechanisms responsible for perception, movements, and objects manipulation could be responsible for conceptualization and reasoning. (LAKOFF; JOHNSON 1998, p. 37-38, cité par ROHRER, 2005)

A hipótese da mente-encarnada (...) diminui radicalmente a distinção percepção/concepção. Em uma mente encarnada, é concebível que os mesmos sistemas neurais integrados na percepção (ou no movimento corporal) desempenham um papel central na concepção. É possível que os muitos mecanismos responsáveis pela percepção, movimentos e manipulação de objetos possam ser responsáveis pela conceitualização e racionalização (LAKOFF; JOHNSON, 1998 p. 37-38, citado por ROHRER, 2005)

A mesclagem experiencial, como figura singular, e o processamento experiencial do discurso em geral (notadamente as aplicações em prosódia), repousam, ao contrário, sobre o postulado de um processamento paralelo, e, então, de uma diferenciação, entre domínios conceituais, acessíveis notadamente pelo processamento linguístico, e domínios perceptivos. Não há, entretanto, contradição. O alvo do propósito citado é o dualismo cartesiano compartimentando esses dois domínios e a manutenção teórica desse dogma dualista; a posição de Lakoff e Johnson não leva a identificar conceitos e perceptos, mas antes a mostrar sua “interoperabilidade” e sua solidariedade orgânica (conceitualmente e materialmente, nos circuitos ativados).

A mesclagem experiencial incorpora-os, no limiar fenomenal da “altura humana”, e à diferenciação interna à experiência entre operações e manifestações corporais e operações mentais abstratas.

É preciso ver como uma única e mesma coisa, a problemática da decomposição dos processos implicados na emergência do discurso, de sua acessibilidade, e a da sua integração na experiência do discurso, sob a forma de singularidades que são as mesclagens experienciais discutidas aqui, ou, de maneira mais geral, nas suas dimensões estruturais.

5. Conclusão

Esperamos ter mostrado que o discurso é um dado da experiência subjetiva inscrita no tempo, que integra *inputs* linguísticos e perceptivos. O dado da experiência é subdeterminado pelo dado da interpretação (no sentido de SPERBER e WILSON, 1995), como a interpretação é subdeterminada pelo dado linguístico (REBOUL; MOESCHLER, 1998). A experiência discursiva resulta do jogo entre o dado linguístico e aquilo que é mostrado linguisticamente (para-, peri- e não-linguístico). A competência discursiva é a atitude de viver as unidades linguísticas pela integração experiencial de suas fontes; e é, a esse título, o objeto de estudo da pragmática da linguagem.

Abstract

This article presents some hypotheses and some arguments for an approach (pragmatic) discourse and experience, or EXP.

Key words: Speech; Experimentation; Integration; Mental spaces.

Referências

AUCHLIN, A. Approche expérientielle du discours: présentation. **Cahiers de Linguistique Française**, n. 18, 1996a. p. 331-338.

AUCHLIN, A. Au petit bonheur du ‘bien dire’: note sur le traitement du ‘bien dire’ en analyse pragmatique du discours. **Cahiers de Praxématique**, n. 20, 1993. p. 45-64.

AUCHLIN, A. Beau mensonge et qualité de parole en pragmatique linguistique. In: BAKKALI-YEDRI, M.; ZEGGAF, A. (Ed.) **Le beau mensonge**. Rabat: Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, 1997a.

AUCHLIN, A. Compétence discursive et co-occurrence d’affects: “blends expérientiels” ou (con)fusion d’émotions? In: COLLETTA, J.-M.; TCHER-KASSOF, A. (Ed.) **Les émotions: cognition, langage et développement**. Hayen: Mardaga, 2003. p.137-152.

AUCHLIN, A. Du texte à la compétence discursive: le diagnostic comme opération empathico-inductive. **Cahiers de Linguistique Française**, n.18, 1996b. p. 339-355.

AUCHLIN, A. et al. (En)action, expérientiation du discours et prosodie. **Cahiers de Linguistique Française**, n. 26, 2004. p. 217-249.

AUCHLIN, A. Ethos e experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Ed.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do discurso, FALE/UFMG, 2000b. p. 201-225.

AUCHLIN, A. Grain fin et rendu émotionnel subtil dans l'observation des interactions: sur le caractère "trans-épistémique" des attributions d'émotions. In: PLANTIN, CH.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (Ed.). 2000a. p. 195-204.

AUCHLIN, A. L'analyse pragmatique du discours et la qualité du dialogue: arguments pour une approche systémique de la compétence discursive. In: LUZZATTI, D. et al. (Ed..) **Le dialogique**. Berne: Lang, 1997b. p. 123-135.

AUCHLIN, A. Le bonheur conversationnel: émotion et cognition dans le discours et l'analyse du discours. In: VÉRONIQUE, D.; VION, R. (Ed.). **Modèles de l'interaction verbale**. Aix: Université de Provence, 1995. p. 223-233.

AUCHLIN, A. Les dimensions de l'analyse pragmatique du discours dans une approche expérientielle et systémique de la compétence discursive. In: VERSCHUEREN, J. (Ed.) **Pragmatics in 1998**: selected papers from the 6th International Pragmatics Conference. Anvers: IPra, 1998a. p. 1-22.

AUCHLIN, A. Sur le seuil de la déclaration: un cas particulier de 'fusion' d'affects. In: GELAS, N.; KERBRAT-ORECCHIONI, C. (Ed.) **La déclaration d'amour**. Erga: Gênes, 1998b. p. 92-104.

AUCHLIN, A. Sur l'ethos. Quelques remarques. In: WAUTHION, M.; SIMON, A. C. (Ed.) **Politesse et idéologie**: rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelles. Louvain: Peeters, 2001. p. 77-95.

AUHLIN, A.; PERRIN, L. Approche expérientielle et texte littéraire. In: ROULET, E.; BURGER, M. (Ed.). **Les modèles du discours au défi d'un dialogue romanesque**: l'incipit du roman de R. Pinget Le Libera. Nancy: P.U.N, 2002. p. 62-81.

AUHLIN, A.; SIMON, A. C., 2008.

BACHE, C. Constraining conceptual integration theory: levels of blending and disintegration. **Journal of Pragmatics**, n.37, 2005. p. 1615-1635.

BERRENDONNER, A. Périodes. In: PARRET H. (Ed.) **Temps et discours**. Louvain: Presses Universitaires de Louvain, 1993. p. 47-61.

BOTTINEAU, D. La morphosyntaxe allocutive du sens grammatical. **Revue de Sémantique et Pragmatique**, n.19/20, 2008. p. 71-98.

BRASSAC, CH. Intercompréhension et communication. In: BERTHOUD, A.-C.; MONDADA, L. (Ed.). **Modèles du discours en confrontation**. Berne: Lang, 2000. p. 219-228.

BURGER, M.; AUHLIN, A. O zaluno: análise do discurso e ensino de língua materna. In: COLLOQUE DE RIO DE JANEIRO, 1999, Rio de Janeiro. **Actes du...** Rio de Janeiro, 1999.

CAFFI, C. Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie. In: PLANTIN, CH.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (Ed.). 2000. p. 89-104.

CHABROL, C. De l'impression des personnes à l'expression communicationnelle des émotions. In: PLANTIN, CH.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (Ed.). 2000. p. 105-124.

CHAROLLES, M. **Le mixage conceptuel**: présentation des analyses de G. Fauconnier et M. Turner et applications à quelques exemples.

COLLETA, J.M.; TCHERKASSOF, A. (Ed.) **Les émotions**: cognition, langage et développement. Hayen: Mardaga, 2003. p. 137-152.

COSNIER, 1986

COSNIER, 1994, 1996

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think**: conceptual

blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, A.; AUCLIN, A. Le point: un signe de ponctualisation. **Cahiers de Linguistique Française**, n.17, 1995. p. 35-56.

FRIJDA, N. Les théories de l'émotion: un bilan. In: RIMÉ, B.; SCHERER, K. (Ed.). **Les émotions**. Paris: Delachaux et Niestlé, 1988. p. 21-72.

FRIJDA, N. Passions: l'émotion comme motivation. In: COLLETTA, J.-M.; TCHERKASSOF, A. (Ed.). **Les émotions: cognition, langage et développement**. Hayen: Mardaga, 2003. p. 15-32.

GARDIN B. Le dire difficile et le devoir dire. **DRLAV: Revue de Linguistique**, Paris, n.39, 1988. p. 1-20.

GARDIN, 1993

GROBET, A. La ponctuation prosodique dans les dimensions périodiques et informationnelles du discours. **Cahiers de Linguistique Française**, n. 19, 1997. p. 83-123.

HUTCHINS, E. Material anchors for conceptual blends. **Journal of Pragmatics**, n.3, 2005. p. 1555-15777.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Les métaphores dans la vie quotidienne**. Paris: Minuit, 1985.

LANNA, Maria dos Anjos Lara e. **Ação, experiência e discurso: a gestão da mudança na hipnoterapia**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MADIGAN, R.; LINTON, P.; JOHNSON, S. The paradox of writing apprehension. In: LEVY, C.; RANSDELL, S. (Ed.). **The science of writing: theories, methods, individual differences, and applications**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996. p. 295-307.

MAINGUENEAU, D. Ethos, scénographie, incorporation. In: AMOSSY, R (Ed.). **Images de soi dans le discours**. Paris: Delachaux et Niestlé, 1999. p. 75-100.

MARANDIN, J.M. La perception syntaxique. In: **Le langage en images:**

recherches linguistiques X, 1994. p. 64-91

MARMARIDOU, S. **Pragmatic meaning and cognition**. Amsterdam: Benjamin, 2000.

MARTINS, 1993

MAURY-ROUAN, C. Pourquoi chuchoter quand on parle de chocolats? Gestion décalée de l'émotion aux plans verbal, vocal et mimo-posturo-gestuel. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (Ed.). 2000. p. 183-194.

MILNER, J.C. **Introduction à une science du langage**. Paris: Seuil. 1989.

MINSKY, M. Jokes and the logic of the cognitive unconscious. In: VAINA, L.; HINTIKKA, J. (Ed.). **Cognitive constraints on communication: representations and processes**. Dordrecht: Reidel, 1984. p.175-200.

MOESCHLER, J. **Argumentation et conversation**. Paris: Hatier, 1985.

NÚÑEZ, R. Could the future taste purple? Reclaiming mind, body, and cognition. **Journal of Consciousness Studies**, n.6, 1999. p. 41-60.

NÚÑEZ, R. Eating soup with chopsticks: dogmas, difficulties and alternatives in the study of conscious experience. **Journal of Consciousness Studies**, v.4, n.2, 1997. p. 143-166.

PARRET, H. (Ed.). **Temps et discours**. Louvain: Presses Universitaires de Louvain, 1993.

PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (Ed.) **Les émotions dans les interactions**. Lyon: P.U.L., 2000.

RAPPAPORT-JACCOTTET, SH. **Petits problèmes et travaux pratiques: à propos de Jean Tardieu**. Gallimard, Chronique NRF, 2003. p. 571.

REBOUL, A. Le plaisir dans la langue: les formes linguistiques de la jubilation. **Cahiers de Linguistique Française**, n.12, 1991. p.127-152.

REBOUL, A.; MOESCHLER, J., 1998.

ROHRER, T. Embodiement and experientialism. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.). **The handbook of cognitive linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

- ROHRER, T. Pragmatism, Ideology and embodiment: William James and the Philosophical Foundations of Cognitive Linguistics. In: DIRVEN, R.; HAWKINS, B.; SANDRIKLOGOU, E. (Ed.). **Language and ideology: cognitive theoretical approaches**. Amsterdam: Benjamins, 2001. p. 49-82.
- ROULET, E. Des dimensions argumentatives du récit et de la description dans le discours. **Argumentation**, n.3, 1989. p. 247-270.
- ROULET, E. et al. **L'articulation du discours en français contemporain**. Berne: Lang, 1985.
- ROULET, E. et al. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.
- ROULET, E. **La description de l'organisation du discours**. Paris: Didier, 1999a.
- ROULET, E. Le plaisir du discours dans un soliloque de Sol. In: MARTIN, P. H. (Ed.). **Mélanges P. Léon**. Toronto: Mélodia, 1992. p. 415-426.
- ROULET, E. Une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours. In: ADAM, J.-M.; NØLKE, H. (Ed.) **Approches modulaires: de la langue au discours**. Paris: Delachaux et Niestlé, 1999b. p. 187-257.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. Vom glück der konversation. **LiLi**, n. 13, 1983. p. 141-156.
- SIMON, A. C.; AUCHLIN, A. Les hors-phase de la prosodie. In: CAVÉ, C. ; GUAÏTELLA, I. ; SANTI, S. (Ed.). **Oralité et gestualité: interactions et comportements multimodaux dans la communication**. Paris: L'Harmattan, 2001. p. 629-633.
- SPERBER, D. ; WILSON, D. **Relevance: communication and cognition**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.
- STROUMZA, K. ; AUCHLIN, A. L'étrange polyphonie du texte d'apprenti rédacteur. **Cahiers de Linguistique Française**, n.19, 1997. p. 267-304.
- TRAVERSO V. Les émotions dans la confidence. In: PLANTIN, C. ; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (Ed.). 2000. p. 183-194.
- VARELA F. **Quel savoir pour l'éthique?**. Paris: La Découverte, 1996.

VARELA, F.; THOMPSON, E. ; ROSCH, E. **L'inscription corporelle de l'esprit : sciences cognitives et expérience humaine**, Paris: Seuil, 1993.

VILARROYA, O. **The dissolution of mind: a fable of how experience gives rise to cognition**. Rodopi, 2002.

VUILLAUME, M. **Grammaire temporelle des récits**. Paris: Minuit, 1990.

WATZLAWICK, P. **La réalité de la réalité: confusion, désinformation, communication**. Paris: Seuil, 1978.

YESSOUROUN, R. **Le vécu pédagogique pendant la dissertation**. 1996. Tese (Doutorado) - Université de Genève.